



ISSN 2763-6739



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Gênero no campo, conflitos geracionais
e luta por políticas públicas no contexto campestre**

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.22062>



Andréia Luciane dos Santos Neves*

<http://lattes.cnpq.br/5873515457542919>



Rita de Cassia da Silva Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0001-9382-7573>



<http://lattes.cnpq.br/0396336269506743>



* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGE/UEPG) e Professora da Escola Estrela Guia em São José dos Pinhais.

✉ andreiasantos026@hotmail.com

** Pós-doutora em Educação pela Universidad Santiago de Compostela, e Professora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROFEI/UEPG).

✉ soliveira@uepg.br

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campesino

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campesino

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as relações de gênero no contexto do campo brasileiro. Nossas análises são decorrentes da pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), acerca das questões de gênero na divisão sexual do trabalho e do protagonismos feminino no contexto das escolas do campo. Os encaminhamentos teórico-metodológicos que adotamos fundamentam-se na teoria decolonial, para tratar do protagonismo feminino das mulheres do campo e para falar das múltiplas opressões que vivenciam e como estas jovens mulheres vão resistindo a essas opressões. Concluimos que, somente por meio da efetivação de políticas públicas afirmativas em torno do gênero é possível realizar o enfrentamento das desigualdades das mulheres camponesas e das juventudes do campo e garantir a autonomia financeira desses trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e evitar em partes o êxodo rural.

Palavras-chave: Gênero; mulheres camponesas; juventude rural.

Gender in the countryside, generational conflicts, and the struggle for public policies in the rural context

ABSTRACT: This article aims to analyze gender relations in the context of rural Brazil. Our analysis stems from doctoral research conducted within the Graduate Program in Education at the State University of Ponta Grossa (UEPG), focusing on gender issues in the sexual division of labor and the leadership of women in the context of rural schools. The theoretical and methodological approaches we adopt are based on decolonial theory to address the leadership of rural women and to discuss the multiple oppressions they face, as well as how these young women resist these oppressions. We conclude that only through the implementation of affirmative public policies focused on gender can we confront the inequalities faced by rural women and youth, ensuring the financial autonomy of these workers in family farming and partially preventing rural exodus.

Palavras-chave: Gender; rural women; rural youth.

1. INTRODUÇÃO

Nesse artigo, buscamos discutir a construção do conceito de gênero e do protagonismo da mulher camponesa, os conflitos geracionais e a divisão sexual do trabalho no mundo rural. Organizamos esse texto a partir de três momentos de análise. No primeiro, vamos refletir sobre o movimento feminista e a construção do conceito de gênero. Em seguida, abordaremos as diferentes situações de subordinação e invisibilidade, enfrentadas pelas mulheres camponesas e o seu protagonismo na luta pelo reconhecimento profissional no trabalho com a agricultura familiar e a garantia de políticas públicas que viabilizem autonomia financeira e melhores condições de vida no campo. Por fim, apresentaremos a juventude rural e as condições de trabalho e subalternidade a que estão expostas rapazes e moças dos contextos interioranos do território brasileiro.

Fundamentamos nossas análises no referencial teórico decolonial, com base nas discussões propostas por Maria Lugones (2014), para compreendermos as questões de gênero, relacionadas a divisão sexual do trabalho e o protagonismo feminino das jovens mulheres camponesas. Para isso, elegemos três categorias de análise: gênero, feminismo e participação.

Lugones (2014), ao desenvolver os pressupostos da teoria da colonialidade de gênero, classifica a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. E, como possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial” (LUGONES, 2014, p. 941).

Nesse sentido, Lugones (2008) nos mostra que a colonialidade de gênero é um dos eixos do sistema de poder, que o patriarcado, o machismo e o sexismo, utilizam de maneira interconectada através de um conjunto de fatores que norteiam as práticas cotidianas para construir a dominação social e a exploração violenta dos grupos sociais subalternizados, que não se enquadram no padrão moral, ético-racial e social de humanidade concebido pelo sistema moderno/colonial, e assim, manter a invisibilidade desses sujeitos.

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campestre

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

A partir do conceito de colonialidade de gênero, Lugones (2014), enfatiza a interseccionalidade entre as categorias "[...] gênero, classe e raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial" (LUGONES, 2014, p. 939). E assim, nos permite ver a imposição colonial, a extensão e a profundidade histórica dessa imposição do sistema moderno colonial de gênero.

De acordo com Lugones (2014), os colonizadores enxergavam os povos colonizados como propriedade, ou seja, o proprietário de terras via a mulher escrava uma propriedade sua. Enquanto propriedade, ele desumaniza para justificar, legitimar a exploração, o controle e a opressão de seres que são objetificados em função de uma inferioridade presumida.

Nota-se que o fim do colonialismo no Brasil, ele não representou o fim do poder colonial, pois ele se remodela junto às instituições através das relações hierárquicas entre as categorias gênero, raça e classe. Assim, Lugones (2014) ressalta a necessidade de entrelaçarmos essas categorias para compreendermos a complexidade da centralidade do gênero nesse processo para gerar mudanças nas estruturas impostas.

Considerando que nesse universo de mulheres, na sociedade capitalista e patriarcal, na qual o homem explora e domina, mediante a "[...] superioridade e opressão dos homens sobre as mulheres" (ALMEIDA; JESUS, 2020, p. 77), a divisão sexual do trabalho perpassa a hierarquização em que as mulheres são vistas, apenas como uma mulher do lar. Ou seja, apenas, como alguém que reproduz a dinâmica do lar, sem levar em consideração que ela está participando do processo produtivo da propriedade.

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007), argumentam que "[...] uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno" (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597). Assim,

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campesino

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Sobre esses aspectos da divisão sexual do trabalho, evidenciamos a contribuição da literatura feminista em que destaca a desigual distribuição de recursos e de poder dentro da organização familiar. Brumer (2000), nos mostra que esse processo da divisão sexual do trabalho é permeado por conflitos, em que as atividades econômicas que produzem ocupação e renda, ainda se encontram em grande parte associadas ao trabalho do homem, enquanto para as mulheres lhes restam às atividades de autoconsumo familiar e geração de renda.

Como os inúmeros trabalhos realizados pelas mulheres camponesas, que permitem que a vida seja preservada, cuidada e continuada, mediante a realização das atividades diárias como, cuidado da família, dos filhos, do preparo dos alimentos, a organização dos afazeres domésticos, o trabalho no roçado, em limpar o terreno, arar a terra, plantar as sementes, produzir e cultivar sem agrotóxicos, preservar a vegetação local, regar os canteiros, o plantio das hortaliças, entre outras tarefas que são vistas como uma ajuda, não como um trabalho. Porque no imaginário social do campo "[...] o quintal e a roça são uma extensão da casa" (PANZUTTI, 2006, p. 9).

Segundo Tavares (2017), no meio rural, a divisão sexual do trabalho é marcada fortemente por distinções físicas entre homens e mulheres, as quais evidenciam o cotidiano das mulheres, e reforça cada vez mais a divisão sexual do trabalho, no dia a dia das famílias de agricultores, sobrecarregando as mulheres de responsabilidades e reforçando o papel da mulher em atividades não remuneradas ou de baixa remuneração (TAVARES, 2017, p. 48).

Diante desse contexto, Mezadri et. al. (2020, p. 11), afirmam a necessidade de procurarmos desmistificar o trabalho doméstico como um trabalho improdutivo, forjando a construção de novas relações entre homens e mulheres, como bases na nova sociedade que queremos construir.

Tendo em vista, que a participação das mulheres camponesas e o seu trabalho na produção diversificada tem possibilitado a geração de renda e autonomia para as mulheres agricultoras familiares. Na medida em que os trabalhos realizados por elas, viabilizam a sua participação na economia familiar e assim, torna-se viável alcançar a sua emancipação e conseqüentemente, a possibilidade de libertar-se das amarras da opressão do patriarcado e do capitalismo (MEZADRI; et. al., 2020, p. 11).

León (2001), destaca que o movimento das mulheres latino-americanas na atualidade pretende promover mudanças na cultura e particularmente nos imaginários sociais sobre a relação da mulher no poder. A autora enfatiza que o conhecimento tem se regenerado, e em grande medida está permitindo que as políticas públicas possibilitem alterar as relações entre homens e mulheres para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Por isso, em suas análises León (2001), trata do argumento do empoderamento, em que reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade e finalmente reconhecer-se como ser capaz, de poder produtivo. E assim, acabar com a subordinação e atingir uma real igualdade entre homens e mulheres.

2. GÊNERO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE

Apresentaremos neste item como a categoria do gênero foi sendo construída ao longo da história nas sociedades de classes, através da multiplicidade de pesquisas que foram produzidas por teóricas do feminismo, como: Joan Scott (1995); Judith Butler (2019); Heleieth Saffioti (2015); entre outras intelectuais que estudam a concepção sobre gênero.

Os estudos realizados na literatura feminista apontam para as discussões de gênero em meados dos anos de 1970, a partir do diálogo estabelecido entre o movimento feminista e o campo intelectual, onde são produzidas reflexões teóricas acerca do gênero. Segundo Louro (2013), o conceito de gênero surge para chamar atenção do caráter fundamentalmente social das diferenças que se percebem entre

homens e mulheres, ou seja, para evidenciar as relações entre as masculinidades e as feminilidades produzidas socialmente.

Nesse sentido, Scott (1995), argumenta que a historicidade do conceito de gênero encontra-se articulado a três ondas do feminismo: “Primeira Onda”; “Segunda Onda” e “Terceira Onda”, as quais são feitas com uma história de longa duração. Desta maneira, a autora afirma que o movimento do feminismo denominado “Primeira Onda”, é marcado entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, indo até o início da II Guerra Mundial, momento que se caracterizou bastante importante para se pensar a emergência civil do reconhecimento identitário do trabalho das mulheres.

Cabe observarmos que na “Primeira Onda”, o movimento feminista articula-se e se reforçam por meio da participação feminina e do seu compromisso de lutar pelo reconhecimento profissional, direito ao voto, a educação, melhores condições de trabalho, aprovação de leis trabalhistas e o próprio reconhecimento das atividades desempenhadas pelas mulheres.

Segundo Scott (1995), nesse período ainda não existia o conceito de gênero, mas o que se vai ter, é o conceito de mulher, pois, é um momento em que está permeado pela noção histórica e pela emergência política da categoria mulher. Já na “Segunda Onda”, são construídos conceitos importantes, como o entendimento de patriarcado e a própria percepção de dominação. No entanto, somente ao final da segunda onda do feminismo, que existirá a emergência da noção de gênero.

Para compreendermos a noção de patriarcado destacamos os estudos da socióloga, Heleieth Saffioti, que na década de 1960, ao analisar como se deu a inserção das mulheres no mercado de trabalho no território brasileiro, percebeu que existia uma concepção de que o capitalismo, ao abrir espaço para as mulheres trabalharem, poderia levar a emancipação feminina.

Na medida que elas saíssem do espaço privado, reservado ao cuidado dos filhos, do marido e dos afazeres domésticos, as mulheres iriam para a esfera pública,

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campestre

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

porque finalmente poderiam trabalhar. No entanto, Saffioti (2015), percebeu que as mulheres ao entrarem para o mercado de trabalho, acabam sendo ainda mais exploradas que os homens, decorrente do cenário de exploração do capitalismo. Na medida que as mulheres servirão como mão de obra barata, elas serão menos valorizadas e porque a sua renda é considerada como secundária dentro do ambiente familiar.

Nesse sentido, a autora irá defender a ideia de que há um “nó”, uma imbricação entre as determinações de gênero, raça e etnia e classe social, os quais encontram-se entrelaçados e sustentam a manutenção do sistema capitalista e alijam a força de trabalho como um todo, mas principalmente, os grandes contingentes do sexo feminino.

Desta maneira Saffioti (2015), afirma que o conceito de patriarcado é um sistema baseado na dominação, exploração e violência, os quais encontram-se juntos, possuem a mesma face. Para a autora, o patriarcado é constituído por uma raiz institucional, instituída em nossas práticas culturais, materiais e subjetivas, produzidas nos discursos que de inferiorização das mulheres, nas discriminações praticadas diariamente contra elas e nas violações de direitos.

De acordo com Scott (1995), a “Terceira Onda”, inicia-se ainda no decorrer do século XX e vem permanecendo até os dias de hoje. As novas inquietações desse período oportunizam o movimento feminista, buscar compreender as relações a partir das diversidades socioculturais, sem abandonar os pressupostos já alcançados na segunda onda.

Conforme evidencia-se nas colocações de Scott (1995), a primeira noção de gênero foi utilizada por um médico com formação de psicanálise, Robert Stolle, que desenvolveu em 1968, uma obra falando sobre sexo e padrões sexuais. Nesse estudo, ele utiliza pela primeira vez a noção de gênero, tentando fazer com que esse conceito fosse diferente de sexo.

Assim, Scott (1995), afirma que a compreensão deste médico demonstrava que o sexo relaciona na dimensão biológica, ou seja, um modelo binário, a partir da divisão entre o feminino e o masculino. Já o gênero, seria o modo de pensar a dimensão cultural. Assim, autora argumenta que:

[...] O gênero era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente (SCOTT, 1995, p. 3).

Dessa maneira, esta autora nos mostra que partir da década de 1980, do século XX, ocorre a existência de uma multiplicidade de produções teóricas de diferentes estudiosas acerca da categoria analítica do gênero, entre eles, Judith Butler (2019), que problematiza a premissa de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído. Nesse sentido, a autora argumenta que:

[...] O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história assoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este ato contínuo é confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos (BUTLER, 2019, p. 87).

Nota-se que a partir do conceito de gênero elaborado por Judith Butler, viabilizou o fortalecimento das discussões e o desenvolvimento de várias teorias que pensam sexualidade e de alguma maneira contribuem para o alargamento desse conceito e o reconhecimento das identidades de gênero e das identidades sexuais que encontram-se para além do binarismo, os quais acompanham a nossa história pensada pela noção de homens e de mulheres, ou até mesmo, pelo entendimento de sexualidade, baseada no modelo de heterossexualidade, identificada com heteronormatividade.

A partir dessa compreensão, entendemos que o conceito de gênero foi fundamental para o reconhecimento de identidades, na medida que de alguma maneira, essa categoria analítica passa abrir margem para que se reconheçam as

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campestre

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

identidades e identidades de gênero, assim, possam ser percebidas as relações de gênero com a cultura, economia e com as subjetividades, abrangendo as suas múltiplas relações.

Conforme já foi apresentado, os estudos realizados por diferentes pesquisadoras viabilizam outras possibilidades de pensar o gênero, nos diversificados segmentos que compõe a diversidade, a política, a educação e as demais áreas da sociedade, não partindo de uma visão de forma binária, mas interseccional, contextualizada e histórica. A partir do contexto apresentado, analisaremos as questões geracionais e a divisão sexual do trabalho no campo brasileiro.

3. O PROTAGONISMO DA MULHER NO CAMPO

Ao tratarmos do protagonismo feminino no campo, perceberemos que o movimento de mulheres no mundo rural vem contribuindo para a formação de uma consciência na luta contra as desigualdades de gênero. Como nos mostra, Schwendler (2017), que a:

[...] articulação das mulheres em rede, em sintonia com os movimentos sociais de campo, em nível nacional e internacional, tem levado à construção de uma identidade política e ampliado o seu poder de barganha para construir uma agenda de gênero nas instâncias das lutas sociais e nas políticas de Estado (SCHWENDLER, 2017, p. 150).

Diante desse cenário, é possível notarmos que muitas ações são desenvolvidas pelo movimento de mulheres camponesas no âmbito regional, nacional e internacional com a finalidade de reivindicar mudanças na divisão sexual do trabalho, mostrar o protagonismo feminino nas experiências produtivas e de comercialização, intensificar a luta pelo reconhecimento da profissão enquanto agricultoras, denunciar a falta de poder em casa, requerer o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e alcançar o tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. Como observa Siliprandi (2013), ao argumentar que:

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto camponês

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

[...] a forte politização dessas lutas vem sendo colocada publicamente, pelo caráter massivo e impactante de suas ações, e, em meio a disputas por políticas públicas, evidencia que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla (SILIPRANDI, 2013, p. 340).

Dessa maneira, entendemos que a perspectiva organizacional do movimento feminista popular camponês viabilizou em grande parte, na sociedade e nas políticas públicas o papel fundamental que as mulheres desempenham na lógica da produção e reprodução da vida.

É importante destacarmos que a participação delas em diferentes frentes de debates, como na Coordenação Latino-Americana de Organização do Campo (CLOC) e na Via Campesina, fez alcançar a materialização das ações, através de atividades de formação para conscientizar o papel das mulheres dentro do projeto de campo que se deseja construir associado com a agroecologia. Concordamos com Schwendler (2015) ao ressaltar que:

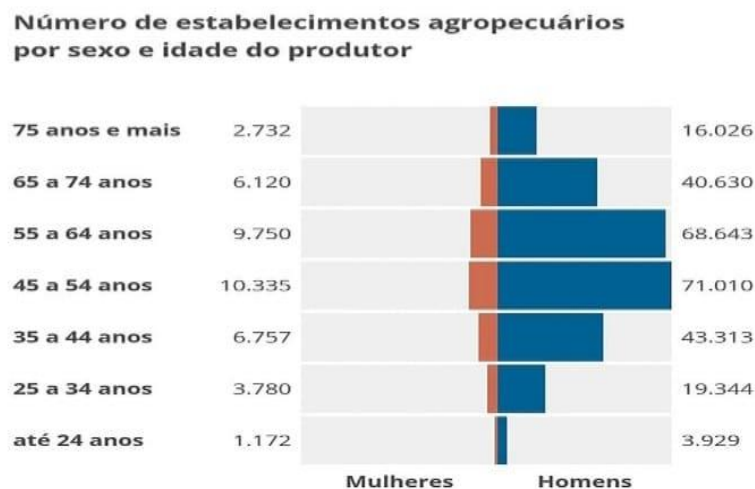
[...] o trabalho pedagógico com ênfase nas questões de gênero contribui para o enfrentamento das desigualdades e da subalternização, pois amplia a autoconfiança, o conhecimento e a capacidade das mulheres de se organizarem para viabilizar os interesses estratégicos de gênero. Contudo, embora este processo formativo, com intencionalidade pedagógica, seja crucial para a transformação da cultura patriarcal, a transformação das relações de gênero não se viabiliza se não estiver ancorada em leis e políticas afirmativas que garantam à mulher condições efetivas de participação política, econômica e social (SCHWENDLER, 2015, p. 105).

Em razão disso, pode-se inferir que todas as ações realizadas contribuíram para fomentar a organização e politização na luta contra a subalternização das mulheres camponesas. No entanto, ainda muitas mulheres estão sujeitas à exclusão social no processo de tomada de decisões, bem como aos recursos produtivos e financeiros, educação, saúde e oportunidades de emprego. Essa situação pode ser exemplificada na Figura 1, na medida que evidenciamos os índices de estabelecimentos familiares geridos em sua maior parte por homens. Ainda é muito pequeno o percentual de mulheres na gestão da propriedade em nosso país.

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campestre

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Figura 1: Número de estabelecimentos agropecuários por sexo e idade do produtor – Dados referente a último Censo Agropecuário, 2017.



Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Segundo o Censo Agropecuário (2017), as propriedades rurais são geridas pelo gênero masculino, isso, é de certa forma justificado pela pouca confiabilidade atribuída principalmente às mulheres e as jovens, as quais são constantemente: invisibilizadas, vistas e tratadas com descasos por grande parte dos adultos em determinados espaços, como associações e sindicatos dos trabalhadores/as rurais e principalmente nos locais de decisão política. Além disso, a falta de oportunidade e confiança para participar das decisões no âmbito familiar e nas atividades que demandam de planejamento e execução dos trabalhos com a agricultura.

Sobre esses aspectos, Esmeraldo (2013), argumenta que:

[...] a hegemonia do homem no campo político começa a ser problematizada e questionada quando as mulheres se opõem e revelam as leis orientadoras das regras que regem a entrada de sujeitos sociais no espaço político: produzem a ressignificação de seu trabalho nos roçados afirmando a existência de componentes de força produtiva nessas atividades; introduzem o debate sobre o direito à autonomização na sua representação como trabalhadoras, descolando-se de seu papel subordinado na relação família; e reivindicam direitos de cidadania junto ao poder estatal ao exigirem o acesso a políticas previdenciárias (ESMERALDO, 2013, p. 246).

Nessa via de análise, Deere (2004, p. 190), destaca que a conquista do direito formal à terra na Constituição de 1988, deve-se sobretudo à organização de mulheres dentro do Estado, trabalhando junto com um movimento unificado de mulheres rurais e urbanas, lutando pela expansão dos seus direitos nas políticas públicas e o fim da discriminação, a valorização e o reconhecimento do protagonismo feminino.

Diante desses apontamentos, observamos que esse tratamento é diferente daquele dado aos jovens do gênero masculino, que desde muito pequenos, são incentivados a adquirir o gosto pelo trabalho no campo, seja na agricultura ou na pecuária. Essa percepção também decorre de que há um imaginário de que a mulher não é capacitada para ser gestora da propriedade, e por essa razão, não demanda um grau de escolarização mais elevado ou específico.

A este respeito, Ferrari et al. (2004) ressalta que a permanência do gênero masculino no campo, encontra-se atrelada principalmente com o trabalho da agricultura, e isso geralmente está relacionado ao papel da família em atribuir essa função de dar continuidade no cuidado da propriedade. De acordo com estes autores, normalmente as mulheres não apresentam tanto interesse em permanecer no campo, porque, a maior parte delas procuram estudar, pois anseiam por estilos de vida mais urbanos, diferentes dos trabalhos executados com agricultura.

De acordo com Aguiar e Stropasolas (2010),

[...] as moças, de um modo geral, vivem insatisfeitas com a sua condição. A divisão do trabalho na unidade familiar lhes destina o espaço da casa, a esfera doméstica. Nesse espaço se desenvolve um trabalho que não é considerado 'produtivo', na medida em que não possibilita o acesso à renda. O trabalho na lavoura, ao contrário, é identificado com a 'esfera produtiva', pois através dele é possível a obtenção de uma renda direta. Além disso, é considerado um tipo de trabalho inadequado para as mulheres, pois se trata de um trabalho pesado. Embora a mulher também circule nesse espaço e se envolva nesse trabalho, ele é percebido como um espaço masculino, dando ao homem a legitimidade para exercer sobre ele o seu controle, o que envolve a gestão e a centralização dos recursos financeiros os quais venham a ser gerados nesse espaço (AGUIAR, STROPASOLAS, 2010, p. 165).

Compreendemos que as mulheres desempenham um papel fundamental na

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campestre

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

organização das atividades da propriedade, porém, ainda enfrentam a discriminação de gênero e uma série de restrições sociais, legais e culturais no ambiente doméstico e nos espaços de organização da propriedade. Para tanto, ainda é preciso muitas ações para alcançar a equalização de oportunidades entre homens e mulheres que vivem no campo.

4. JUVENTUDE RURAL, CONFLITOS GERACIONAIS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Ao tratarmos sobre as juventudes presentes no mundo rural como um todo, precisamos levar em consideração a multiplicidades das situações que estão expostas o gênero no campo, aqui referido pelas vivências de rapazes e moças que estão imersos diante de um contexto que envolve: educação, trabalho, renda e relações de poder, marcadas: pela hierarquia social, invisibilidade, desvalorização, masculinização no campo, exclusão de acesso aos serviços básicos, falta e/ou inexistência de políticas públicas, êxodo rural, entre inúmeros problemas cotidianos, enfrentados na organização do espaço familiar e na continuidade dos serviços ofertados no campo.

Convém destacar que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) o Censo Demográfico de 2010, identificou que as juventudes rurais brasileira representa um grupo de aproximadamente 8 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, que correspondem a 14,73% da população dos municípios rurais do Brasil, residentes no campo, nas florestas e nas águas.

Segundo Castro (2005), a juventude rural é concebida como uma categoria que representa identidades sociais. É importante observar que os/as jovens, ainda que tenham que enfrentar o problema da invisibilidade nos espaços decisórios do mundo rural, têm conseguido se afirmar enquanto sujeitos de direitos.

Essa afirmação é reforçada pela autora ao concluir que,

[...] esse jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, jovem da roça, juventude rural, jovem camponês são categorias aglutinadoras de atuação política. Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos jovens pelo meio rural. Apesar dessa “movimentação”, este “novo ator” é pouco conhecido e ainda muito negligenciado pelas pesquisas sobre o tema juventude (CASTRO, 2009, p. 183).

Com base nesse entendimento, argumentamos que se trata de uma juventude, que reafirma a sua identidade como trabalhador/a, agricultor/a familiar, é uma categoria que quer ressignificar o meio rural, isso perpassa a questão de trabalhar com a terra por meio de iniciativas agroecológicas e atividades não agrícolas, entre outros serviços que vão além do trabalho com a agricultura e pecuária.

Conforme nos mostra Castro (2009), hoje em dia, é possível perceber que apesar das circunstâncias que estão expostas, é uma juventude que construiu uma agenda política bastante clara e ampla, do campo com a cidade, que tem como foco central: a luta pela reforma agrária, agroecologia, qualidade de vida, educação do/no campo, acesso à produção cultural, à saúde, as tecnologias, direito a igualdade de gênero e melhores condições de vida, políticas públicas que viabilizem alternativas para gerar trabalho e renda no meio em que vivem, possibilitando alcançar a autonomia financeira, e assim, oportunizar a realização e a efetivação de seus projetos profissionais evitando em partes o êxodo rural.

De acordo com os dados do IBGE (2010), a continuidade da migração do campo para as cidades dos/das jovens rurais nas últimas décadas, tem como principais fatores a diferenciação do valor social do trabalho e a subalternidade nas hierarquias familiares entre os/as jovens.

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto campestre

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

Para compreendermos melhor esta situação, destacamos os apontamentos de Aguiar e Stropasolas (2010), afirmando que a condição do jovem na família é:

[...] uma condição de subordinação, especialmente da jovem. Se a visibilidade de rapazes e moças está circunscrita, sobretudo, pelo viés do trabalho, essa condição é ainda mais marcante no caso das moças. Elas se constituem numa força de trabalho importante para a reprodução da unidade familiar; entretanto, elas não têm assegurado, suficientemente, o acesso ao lazer, nem a uma renda fixa e nem a um 'pedaço de terra' que lhe seja próprio. Quando solteira atende às determinações do pai e ao se casar com um jovem rural irá ficar subordinada à família do esposo. A 'falta de liberdade' é uma expressão bastante utilizada para se referir à condição da moça no meio rural (AGUIAR, STROPASOLAS, 2010, p. 165).

Para tanto, a migração nesses casos não é apenas uma escolha entre sair ou ficar, mas, representa uma alternativa viável para continuar os estudos, alcançar a mobilidade social, ter uma profissão que garanta reconhecimento social e condições de vida digna, possibilitando aos jovens assumirem o papel de protagonistas. Também, um meio para superar em partes os conflitos geracionais marcados pela desigualdade de gênero na organização familiar e na distribuição de recursos da propriedade.

Na percepção de Abramovay et al. (1998, p. 38), a confiabilidade e a perspectiva de futuro para os rapazes filhos de agricultores não se resumem a continuar exercendo a mesma profissão dos pais. Observa-se que esse desejo já não está presente com a mesma intensidade entre aqueles jovens nascidos a partir das últimas duas décadas do século passado.

Essa diferença se acentua ainda mais naquelas famílias de agricultores mais pobres, ou seja, quanto mais condições de sobrevivência adequada a família obtiver, maiores serão as chances de esses jovens permanecerem no campo. Assim, percebemos que são muitos os desafios que a categoria juventude rural precisa superar.

Ainda é necessário lutar contra o patriarcado e o poder controlador do capital via Estado, que retira direitos da classe trabalhadora. Conseqüentemente, com a retirada de direitos sociais e trabalhistas, diminui-se a educação de qualidade ofertada

às pessoas, tornando mais grave a sua condição de exploração e expropriação dos seus meios de subsistência.

Diante desse contexto, podemos evidenciar a necessidade da criação de políticas afirmativas para dar condições às juventudes do campo o acesso aos meios de sobrevivência, por meio dos aspectos econômico, político, social e cultural, viabilizando os recursos necessários a todos/as, que ainda são marginalizados por causa do gênero, raça e classe que pertencem e que trazem consigo estigmas, que remetem à subalternidade e a negação de suas identidades, carregando consigo vulnerabilidades forjadas em um passado histórico de exclusão que ainda insiste em ser hegemônico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das concepções apresentadas, chegamos à compreensão de que o feminismo é uma ação política de resistência na luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres, na medida que busca desnaturalizar a condição histórica de subordinação do gênero. Também se caracteriza na busca de trazer visibilidade ao papel feminino e na construção de um mundo menos desigual e mais justo. Como nos mostra, Lugones (2014), ao afirmar que “[...] o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreenderem sua situação sem sucumbir a ela” (LUGONES, 2014, p. 940).

Vale dizer que todas as demandas e conquistas do movimento feminista, tanto no âmbito local, regional, nacional e internacional, são decorrentes de um longo processo organizativo das constantes lutas acerca do reconhecimento social e político das mulheres camponesas e das juventudes do campo, no enfrentamento das relações hierárquicas e desiguais que conferem pouca confiabilidade as mulheres e aos jovens, tanto nas relações familiares, quanto na gestão e na sucessão da propriedade.

É importante notar que embora todo esse processo tenha desencadeado

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto camponês

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

conquistas consideráveis nas legislações e nas políticas públicas voltadas para as demandas do mundo rural como um todo, ainda nos dias de hoje, é preciso fazer o enfrentamento na luta pela terra, na conscientização dos camponeses sobre as injustiças do latifúndio e do sistema de produção que acentua as exclusões ocorridas nesse contexto.

Mediante a tudo isso, destacamos a necessidade de políticas públicas, programas, práticas e experiências que valorizem a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável. Além disso, que tais ações auxiliem aos trabalhadores da agricultura familiar qualificarem ainda mais o seu modo de subsistência por meio da produção diversificada de alimentos e da agroecologia, garantindo o desenvolvimento da economia da propriedade e a autonomia financeira das mulheres e dos jovens do campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nélon; BALDISSERA, Ivan Tadeu; FERRARI, Dilvan L.; TESTA, Vílon Marcos. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. 2. ed. Brasília, DF: Edições Unesco, 1998. Disponível em: <http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org). Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 159-183. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc. Acesso em: 11 jun. 2021.

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria; et. al. Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 75 - 84.

BERNARDO, W. F., TORRES, J. B., Aspirações de Jovens Rurais na Era da Modernidade: Permanência ou Saída do Meio Rural. In: Tecnologias e Programas para a Sustentabilidade da Pecuária Leiteira da Zona Mineira, MG, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2010.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura familiar: a situação da mulher na agricultura do RS. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. Manizales, v. 7 n. 1 ene. /jun. p. 179-208, 2009b. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cindemz/20131106010832/art.ElisaGuarana.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev. latinoam. cienc. soc. niñez, juv* 7(1): 179-208, 2009a. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cindeumz/20131106010832/art.ElisaGuarana.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan.- abr., p. 241 – 282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2023.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr., p. 175-204, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21698.pd>. Acesso em: 17 mai. 2022.

ESMERALDO, Gema G. “O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social”. In: NEVES, Delma P. e MEDEIROS, Leonilde S. de (Orgs). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, p. 237-256, 2013.

FERRARI, Dilvan; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/251#:~:text=Este%20texto%20discute20as%20aspira%C3%A7%C3%B5es,produ%C3%A7%C3%A3o%20familiares%20em%20Santa%20Catarina.&text=A%20pesquisa%20mostra%20que%20ficam,uma%20nova%20gera%C3%A7%C3%A3o%20de%20agricultores>. Acesso em: nov. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT; Danièle. NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cZtcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, IBGE 2010.

IBGE, Agência IBGE Notícias. *Censo Agro 2017: resultados preliminares mostram queda de 2,0% no número de estabelecimentos e alta de 5% área total*. Agência IBGE notícias, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21905-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostramqueda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total#:~:text=Pr%C3%B3ximas%20divulga%C3%A7%C3%B5es-,Censo%20Agro%202017%3A%20resultados%20preliminares%20mostram%20queda%20de%202%2C0,de%205%25%20na%20%C3%A1rea%20total&text=O%20Censo%20Agro%202017%20identificou,total%20de%20350.253.329%20hectares>. Acesso em: 24 maio, 2022.

LEÓN, Magdalena. EMPODERAMIENTO: RELACIONES DE LAS MUJERES CON EL

Gênero no campo, conflitos geracionais e luta por políticas públicas no contexto camponês

Andréia Luciane dos Santos Neves e Rita de Cassia da Silva Oliveira

PODER'. La Ventana, n. 12, p. 94 -106, 2001. Disponível em: <https://bibliotecaiztapalapauin.files.wordpress.com/2018/07/podermujer2.pdf>. Acesso em: 30 dez., 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7-34, 2013.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa. Bogotá, Colômbia, n.9, p.73- 101, jul. - dez. 2008. ISSN 1794-2489. Disponível em:http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 jul. 2022.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, set.-dez., p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MEZADRI, Adriana Maria; et. al. Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. Mulher Rural: eminência oculta. 1 ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. Educação & Realidade, p. 77-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 329-343.

SCHWENDLER, Sônia. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. Educar em Revista, v.55, p.87 – 109, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00087.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022.

_____. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (org.). Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade. Curitiba: Ed. UFPR, p.143-174, 2017.

_____. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e58051, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/bcL3xCGRTmszpnrKpJ9HKkw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.